

Pecuária brasileira: ciclo em alta

O cenário de bons ventos previstos para a pecuária de corte brasileira em 2014 se ratificam. Com a firmeza nas demandas interna e externa, o movimento de alta dos preços do setor mantém força desde o segundo semestre de 2013. Mas, as dúvidas tocantes aos temas macroeconômicos do País retardam as decisões de investimentos no longo prazo. O clima quente e seco no começo do ano prejudicou as pastagens em muitas regiões produtoras. Este déficit hídrico danificou as pastagens, e, com isso, caiu o fluxo de animais para abate, ao contrário do que se esperava na considerada "entrada de safra".

O primeiro semestre deste ano foi marcado pelo jogo tradicional de barganha entre os produtores e os frigoríficos. Enquanto os preços do boi gordo continuaram a subir no primeiro trimestre; no segundo trimestre, houve uma acomodação, ainda que em patamares de alta. Sob a alegação de menores entregas de carne no atacado, a indústria tentou negociar a arroba a preços mais baixos. Mesmo assim, como a oferta prosseguiu relativamente restrita, a pressão do lado comprador ficou limitada.

Com a valorização registrada nos negócios de boi gordo, o reflexo maior recaiu no reaquecimento dos preços em cerca de 30% no mercado da reposição, principalmente nas categorias do garrote e da novilha. Essa tendência ficou mais forte diante da proximidade da época de confinamento, nos meses de inverno, com o crescimento da demanda e aumento de preço por garrotes também. Para o bezerro, a média de maio do Indicador Esalq/BM&FBOVESPA (animal nelore, de oito a doze meses, do Mato Grosso do Sul), de R$ 1.047,67, foi a maior em termos reais da série histórica do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), iniciada em 2000 para o produto – os valores foram deflacionados pelo IGP-DI de abril de 2014. Até então, o recorde real havia sido obtido em julho de 2008, com R$ 1.026,69.

Essa conjuntura repercutiu diretamente nas aquisições das futuras matrizes, por uma razão básica: o elevado número de abate de fêmeas nos anos anteriores. Para repor o estoque de fêmeas reprodutoras, o criador demanda essa categoria. De acordo com o ciclo pecuário, a tendência para o futuro é de incremento na quantidade de fêmeas reprodutoras e, por consequência, o de bezerros e de bois gordos.

A série histórica da participação de machos e fêmeas no abate total de bovinos mostra que o primeiro trimestre de cada ano é quando o abate de fêmeas geralmente alcança seu pico.

BRASIL: ABATE DE BOVINOS (EM MIL CABEÇAS)

ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º trimestre	7.957	7.249	6.489	7.083	7.103	7.218	8.187	8.367
Fêmeas (%)	63,1	54,4	58,3	61,0	56,6	54,5	53,1	53,1
Machos (%)	37,9	45,6	41,7	39,0	43,4	45,5	46,9	46,9

Fonte: IBGE

Nesse período, os pecuaristas intensificam o abate de matrizes não embrenhadas na estação de monta (normalmente, de novembro a janeiro, no Brasil Central), para cumprir com os compromissos de contrato. O plano resguarda os machos, à espera da engorda.

O elevado abate de fêmeas, que acompanha a bovinocultura de corte há pelo menos três anos, já dava fortes indícios de continuidade em 2014. Em 2013, segundo dados do IBGE, foram abatidos 14,46 milhões de vacas e novilhas. Esse número recorde supera em 10% o máximo até então registrado em 2006.

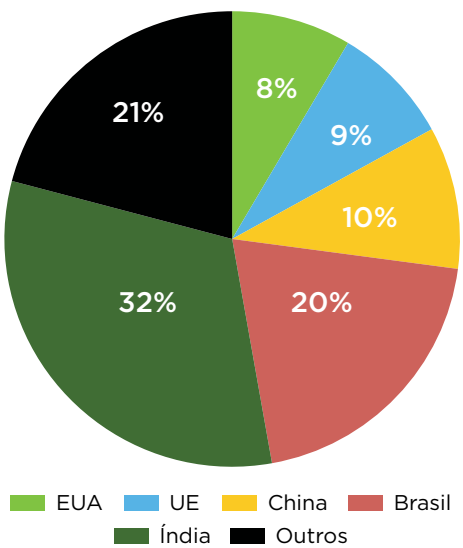
Para o final do ano, o setor pecuário volta as atenções às ofertas de boi de confinamento e ao comportamento da demanda no mercado atacadista. O número de animais confinados no ano não é considerado significativo, como mostram os dados da Associação Nacional dos Confinadores (ASSOCON), de um aumento de 4% em relação a 2013.

Exportações sobem

A oferta e a demanda da carne bovina no mundo são historicamente ajustadas, com uma variação muito próxima entre um ano e outro. Pelos dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 2014, a previsão é de um crescimento da oferta mundial de 0,40%, (58,85 milhões de toneladas equivalente carcaça – TEC) e de aumento no consumo de 0,73% (57,24 milhões de TEC).

MUNDO: DISTRIBUIÇÃO DO REBANHO BOVINO, EM 2014

Total: 1,03 bilhão de cabeças



Fonte: USDA

As razões básicas para uma menor expansão da oferta são encontradas em dois dos três principais produtores de carne bovina mundial, isto é, a seca para os australianos e a redução do rebanho para os americanos.

Na Austrália, o abate total de bovinos excedeu 8 milhões de cabeças em 2013/14, depois de já ter alcançado essa marca um ano antes. Grande parte destes animais eram fêmeas. Em trinta e cinco anos, é a primeira vez o País registrou dois anos consecutivos de abate acima desse nível. Isso deverá impactar a composição do rebanho no longo prazo, com menor oferta de carne bovina. A estiagem continua a ser a grande preocupação no país.

Nos EUA, a expectativa da oferta de boi gordo, neste quarto trimestre e no primeiro trimestre de 2015, será apertada, de acordo os dados de recuo no confinamento, neste segundo se-

ESTADOS UNIDOS: INVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO (MILHÕES DE CABEÇAS)

ANO	Rebanho
1975	131,8
1980	111,0
1985	109,8
1990	99,3
1995	102,8
2000	98,0
2005	95,4
2010	93,7
2014	87,8

Fonte: USDA

mestre. Aliás, o rebanho norte-americano assinala queda nas últimas décadas, sem tendência de reversão nesse processo.

Para o Brasil, a tendência é oposta, com a expansão na produção. Outro número do USDA também reforça a ampliação da demanda, com maiores importações mundiais de carne bovina. Essa condição privilegiada do Brasil no mercado de carne bovina, na oferta em quantidade e qualidade, favorece todos os elos da sua cadeia produtiva.

Neste ano, o bom desempenho das exportações no primeiro semestre contribuiu para enxugar a oferta interna e impulsionar o movimento de alta das cotações. O volume ficou abaixo apenas do registrado no mesmo período de 2007 (698,6 mil toneladas), ano de exportação recorde, enquanto o montante obtido atingiu valor recorde para o período (primeiro semestre), de US$ 2,7 bilhões.

O crescimento deve-se especialmente à demanda de Hong Kong e Rússia, que continuam liderando o *ranking* de mercados importadores de carne brasileira. O Brasil também consolida sua posição como maior fornecedor no Norte da África, com crescimento expressivo nos mercados do Egito, da Líbia e da Argélia.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA – PRIMEIRO SEMESTRE

ANO	Valor (US$ milhões)	Quantidade (mil toneladas)
2013	US$ 3.004	675,7
2014	US$ 3.404	762,0

Fonte: SECEX

Quanto às exportações brasileiras de carne bovina, a desvalorização do dólar frente ao real contribui para manter aquecida a demanda externa pelo produto nacional. Além disso, a Rússia, após reabrir o seu mercado para os frigoríficos brasileiros, impôs sanções às importações de carne da União Europeia, dos Estados Unidos e da Austrália. Já a China anunciou, em julho, a suspensão do embargo estabelecido em 2012, após um caso atípico de doença da vaca louca no estado do Paraná.

Tudo isso deve ajudar os embarques de carne bovina do País. O desempenho depende também do apetite de países como a Venezuela e o complexo China-Hong Kong-Macau. Nesse contexto, há perspectiva animadora para o Brasil bater novo recorde de exportação em 2014.

Caminhos para a sustentabilidade

A cadeia produtiva da bovinocultura enfrenta as exigências técnicas e sanitárias nas questões ligadas à rastreabilidade, ao bem-estar animal, à sanidade do plantel e as contaminações com resíduos em produtos cárneos no mercado internacional. A estruturação e a organização dos serviços sanitários oficiais para monitorar e orientar o setor privado são prioritárias para o Brasil enfrentar embargos, depreciação dos preços e comprometimento da imagem.

Outro foco de tensão comercial é o engajamento contra a produção pecuária em áreas de desmatamento ou que desrespeitam as salvaguardas sociais. Hoje, mais de dois terços dos frigoríficos realizam o abate com inspeção federal. Houve uma evolução significativa nos últimos anos.

Em julho último, foi assinado o acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). O objetivo é criar sistemas e práticas para tornar mais difícil a comercialização de carne proveniente de áreas de desmatamento da Amazônia ou que tenha sido produzida em meio a irregularidades ambientais e sociais, como invasão de terras públicas e trabalho escravo. No futuro, deve ser criado um selo para certificar as carnes provenientes de produtores que aderiram às boas práticas.

Estudo recente do Cepea aponta índice de abates não fiscalizados abaixo de 10%. É um percentual bem inferior aos registrados no passado, de 30% a 50%. O estudo foi financiado pelos maiores frigoríficos do País – JBS, Marfrig, Minerva e Rodopa –, pelas redes varejistas Pão de Açúcar, Carrefour e Walmart, além da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

BRASIL: ABATE E REBANHO PECUÁRIO (MILHÕES DE CABEÇAS)

ANO	Abate	Rebanho
2000	17,1	169,6
2001	18,4	176,4
2002	19,9	185,3
2003	21,6	195,6
2004	25,9	204,5
2005	28,0	207,2
2006	30,2	205,9
2007	30,5	199,7
2008	28,7	202,3
2009	27,9	205,3
2010	29,3	209,5
2011	28,9	212,8
2012	31,2	211,3
2013	34,4	nd*

* Não disponível
Fonte: IBGE

make.

COMPROMISSO ALÉM DE PRODUTOS INOVADORES

DOW®

Dow AgroSciences



Base da pecuária moderna: produtividade com rentabilidade. Por isso, nosso objetivo é entregar melhorias, soluções e evolução do negócio com sustentabilidade.

0800 772 2492 | www.dowagro.com

Linha Pastagem™

Soluções para um Mundo em Crescimento

®™Marcas registradas de The Dow Chemical Company ou companhias afiliadas.

A pecuária que queremos (e precisamos)


MARCO FLAVIO

Eduardo Bastos*

É indiscutível que o presente e o futuro da pecuária brasileira estão na união de todos os segmentos envolvidos nesta cadeia de valor. E também não há como negar que a pecuária deve ser desenvolvida com princípios e metodologias de sustentabilidade. A intensificação sustentável é capaz de aumentar a produção e a produtividade sem invadir novos territórios, respeitando o ambiente. Além disso, ela traz benefícios econômicos para gerar riquezas que voltam não somente para a proteção ambiental, mas também para serem investidas na atividade, trazendo benefícios sociais.

Vai ser cada vez mais difícil para o pecuarista caminhar sem ser mais sustentável. Lá na ponta, o consumidor já começa a exigir carne com rastreabilidade, que não seja oriunda de áreas ilegalmente desmatadas ou de qualquer outro tipo de exploração irregular. Por esse motivo, pecuaristas, produtores de insumos, frigoríficos, grandes redes de supermercado, bancos, associações da sociedade civil, ONGs e tantos outros elos formadores da cadeia de valor da pecuária bovina viram a necessidade de se unir e, com um diálogo voltado para interesses comuns, criaram o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) no final de 2007, sendo ele formalmente constituído em junho de 2009.

Entre os nossos objetivos, está o de mostrar que a pecuária sustentável não somente é possível, como já acontece em diversas regiões do País, a exemplo dos sete projetos que integram o Programa Pecuária Sustentável na Prática, criado pelo GTPS. São projetos distribuídos em sete importantes regiões produtoras de carne em cinco estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (com dois projetos), Pará (também com dois projetos), Rondônia e Bahia. São quase 900 produtores, em cerca de 780 mil hectares trabalhados.

O programa conta com financiamento da Fundación Solidaridad, por meio do Farmer Support Programme (FSP), fundo do governo holandês. Foram investidos R$ 3 milhões, somados à contrapartida financeira de diversos parceiros de R$ 9 milhões, totalizando R$ 12 milhões. Cada um dos projetos envolvidos apresenta a junção de pelo menos dois elos do setor na sua execução, sendo eles de produtores + frigoríficos, produtores + frigoríficos + ONGs, entre outros. E os primeiros resultados já podem ser mensurados. Em alguns dos projetos, a produtividade já quadruplicou e a área florestada aumentou.

É a prova de que a união realmente faz a força, trazendo um intercâmbio de conhecimento e colaboração. E não somente isso. Traz novos campos de atuação, ampliando os segmentos que podem ser trabalhados, como é o caso da nova parceria entre o GTPS e o Sistema FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais). O Sistema FAEMG investe, desde o início do ano, no desenvolvimento de novos projetos que mantenham e ampliem a excelência do rebanho mineiro e aumentem a rentabilidade da atividade.

Com o novo associado, a parceria irá aproveitar a sinergia de todos os trabalhos realizados pelo GTPS e a experiência da FAEMG na coordenação do Programa Balde Cheio, em Minas Gerais, em conjunto com a UFV (Universidade Federal de Viçosa), para traçar estratégias sustentáveis que serão incluídas na assistência técnica prestada aos produtores de leite mineiros. O projeto, portanto, será uma adaptação pioneira dos preceitos da pecuária de corte para a leiteira.

Já estamos costurando mais dois projetos: um mais focado em leite, no Rio de Janeiro, e outro mais focado em corte, no Mato Grosso do Sul, sempre com parceiros locais, como as federações de agricultores e membros de toda cadeia.

Com a certeza de que juntos podemos acelerar a mudança, tão necessária, seguimos firmes com nosso propósito de pavimentar o caminho da pecuária sustentável, uma estrada tortuosa, mas que nos levará a um futuro, com certeza, cada vez mais promissor.

** Presidente do GTPS, responsável pelas Relações Institucionais da Dow Brasil e presidente do Comitê de Sustentabilidade da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio)*



Visão da indústria da carne bovina brasileira


MARCO FLAVIO

Fernando Sampaio*

No dia 24 de julho de 2014, em Brasília, foi assinado um acordo de cooperação técnica pela pecuária sustentável entre a Abiec e o Ministério Público Federal. Simbolicamente, nascia ali um novo paradigma e um futuro que irá redesenhar a influência da indústria da carne bovina brasileira em relação ao seu entorno e à cadeia produtiva.



Desde 2009, um conflito existia entre o entendimento do Ministério Público de que a indústria deveria ser corresponsabilizada por adquirir matéria-prima originada de ilícitos ambientais e a percepção da indústria, que se recusava a assumir um papel que entendia ser do Estado.

Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), ainda que de forma desconexa e, muitas vezes, impositiva, tentaram ordenar os procedimentos de aquisição de matéria-prima pela indústria sob os princípios constitucionais de proteção ao meio ambiente.

A experiência dos últimos cinco anos na ótica da indústria levaram-nos a algumas premissas básicas:

• As indústrias devem conhecer o risco socioambiental embutido na sua atividade. Saímos de uma situação em que apenas alguns compradores e caminhoneiros conheciam a localização dos fornecedores de uma planta industrial para uma nova realidade em que é possível mensurar, por meio da geotecnologia e do cruzamento de bases de dados públicas, o grau de risco de cada fornecedor em relação à sua situação geográfica e ao seu cadastro.

• Existem melhorias a serem feitas, tanto nos mecanismos de consulta a essas bases de dados, como na própria disponibilidade de dados públicos, e, também, aos marcos legais que determinam os resultados. Essas melhorias devem ser fruto de um diálogo constante entre setor privado e órgãos públicos.

• O marco legal do Código Florestal representa uma nova realidade. O Cadastro Ambiental Rural (CAR), sendo o primeiro passo para um processo de regularização, é um instrumento fundamental na redução do risco dentro do sistema agroindustrial.

Abre-se, então, a partir destas premissas, a possibilidade de uma verdadeira mudança de paradigma nas relações entre a indústria e a sociedade, cujos interesses são personificados no Ministério Público Federal. Uma mudança materializada pela troca do ajustamento de conduta pela cooperação.

A partir daí, uma nova estratégia começa a ser desenhada, por um futuro sustentável do sistema agroindustrial da carne bovina.

A indústria, hoje, possui uma infraestrutura instalada no território brasileiro, uma estrutura que acompanhou a expansão territorial da pecuária. Nossa visão de futuro é de que a pecuária possa desenvolver-se e ser incentivada em *clusters* no entorno desta infraestrutura com o mínimo risco.

O primeiro passo dessa estratégia é justamente diagnosticar o risco socioambiental na área de atuação da indústria. O segundo passo é ampliar, na indústria, a gestão de risco individual de fornecedores.

Ao mesmo tempo, iremos priorizar ações de regularização ambiental, começando pelo CAR. Quanto maior a evolução do cadastramento no entorno das indústrias, menor o risco futuro.

E podemos imaginar que, ao atingir certos critérios em termos de áreas cadastradas, redução de desmatamento e outros, municípios inteiros possam ser considerados "áreas livres" para pecuária, onde a indústria possa adquirir matéria-prima sem ser criminalizada e sem ter que monitorar individualmente seus fornecedores. Teremos nada menos do que municípios verdes expandidos, onde a maioria dos produtores encontrar-se-á regularizada, onde o crédito e as boas práticas poderão e deverão ser incentivados, de modo a alavancar a produtividade e a renda regional.

Ao mesmo tempo em que se avança com o monitoramento e com a regularização, podemos encontrar caminhos para que produtores em não conformidade sejam encaminhados para um processo de regularização acelerado, visando à sua reinclusão em um processo formal de comercialização. Dentro da estratégia da Abiec, seria uma espécie de *fast track* com órgãos públicos intervenientes, ou um "poupa tempo rural", a ser testado em pilotos em regiões prioritárias.

Toda essa estratégia ganharia ainda mais força somada a outras cadeias agroindustriais, já que o que conta é livrar o território para a produção, e as mudanças na produção entre agricultura, pecuária e floresta serão orientadas pelo mercado e estarão cada vez mais integradas.

Há um longo caminho pela frente, mas os primeiros passos da caminhada foram dados, e o horizonte é auspicioso.

** Diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)*

A inovação e a pecuária sustentável


DIVULGAÇÃO

Roberto Risolia*

Da pecuária tradicional para a sustentável, várias mudanças se fazem presentes no processo. Há novas formas de produzir, comercializar, financiar e, até mesmo, pesquisar a pecuária. O conceito dentro dos diferentes elos da cadeia é de que a sustentabilidade como visão de inovação deva somar benefícios, gerando valor à sociedade por tempo indeterminado.

Do ponto de vista da produção, com aumentos de produtividade e redução de custos por unidade produzida, se faz uma pecuária competitiva e que atenda mercados exigentes. O avanço tecnológico dos vinte ou trinta últimos anos, tanto em termos de produção de informação, quanto de adoção, são notáveis. O que precisamos, na pecuária, é colocá-lo no chão de forma organizada, com gestão. Há várias formas de inovar: adotar novas formas de gestão, diferentes tecnologias nas pastagens, manejo de rebanho, transporte e comercialização. Tudo isso demanda planejamento, tempo e recursos.

E estar convencido da real necessidade de pensar e agir diferente, na perspectiva do novo, para uma quebra de paradigmas, é o primeiro passo. Toda a cadeia pode contribuir com a sensibilização para essa mudança positiva. Faz-se urgente a disseminação do conhecimento de forma sistematizada, por meio de iniciativas de demonstração de modelos e exemplos tecnológicos, pesquisas com fundamentação econômica e aplicada em ações de campo.

Não importa o tamanho ou a exploração que se faça. A pecuária competitiva certamente será inovadora nos diversos aspectos. Instituições de pesquisa, universidades, empresas privadas que geram inovação, empresas e associações de produtores e de extensão rural, além do Governo, têm papel fundamental.

A boa notícia é que nossa pecuária já passa por esse processo. O Brasil aumentou sua produtividade, nos últimos dez anos, de 2,7 arrobas por hectare para cerca de 4,0 arrobas por hectare. Isso graças à tecnologia e à vontade do pecuarista em melhorar, mesmo sem a devida assistência. Além disso, uma nova geração de produtores está chegando, e, com ela, o avanço será ainda maior. Mas, ainda os números estão muito aquém do que pode ser considerado ótimo.

Revisitar e discutir rumos e conceitos para o bem da cadeia da carne: esse é um dos propósitos da pecuária sustentável.

** Líder de Sustentabilidade e Desenvolvimento de Negócios da Dow AgroSciences*



PROGRAMA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL NA PRÁTICA



- **> 800 PRODUTORES**
- **> 800.000 HECTARES**
- **24 ASSOCIADOS LOCAIS**
- **7 PILOTOS**
- **5 ESTADOS BRASILEIROS**

A) Desenvolver e testar ferramentas e mecanismos para disseminar as boas práticas de gestão, incentivos para os produtores, indicadores e mecanismos de divulgação;

B) Aprender e construir a partir das experiências locais dos membros do GTPS;

C) Engajar as partes interessadas para permitir a apropriação das ferramentas e proporcionar capacidade de depois replicar e ganhar escala.

FAÇA PARTE! SAIBA MAIS EM: **WWW.PECUARIASUSTENTAVEL.ORG.BR**

DESENVOLVIDO POR: GTPS Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável

SUPPORTED BY: Solidaridad network

Exemplo de boas práticas


DIVULGAÇÃO

Alcides Torres[1]
André Mazzi[2]

Uma revisão sobre as definições do que se entende por agricultura ou pecuária sustentável indica a necessidade de se estabelecer um padrão produtivo diferente, que use os recursos naturais racionalmente e para que a capacidade produtiva aumente. Vale ressaltar que a sustentabilidade é um modelo de interação econômica e social, que pretende proporcionar principalmente o bem-estar humano em curto e longo prazo e um nível de vida confortável aos homens do campo.

O conceito de sustentabilidade na agricultura brasileira surgiu a partir dos anos 70; simultaneamente, foram surgindo práticas conservacionistas, como o cultivo mínimo, o plantio direto, a rotação de culturas, a cobertura morta, as curvas de nível e o plantio intercalado, para citar algumas dentre tantas práticas agronômicas. As práticas sustentáveis, além de conservarem o meio de produção, podem reduzir os custos e permitir maior renda ao produtor, por meio, por exemplo, da perpetuidade de uma pastagem ou da melhoria da fertilidade do solo.

A sustentabilidade na agricultura brasileira destaca-se quando comparada aos outros setores da economia. Empresas produtoras de defensivos agrícolas investiram na criação de moléculas biodegradáveis, e a intensa fiscalização quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) tem proporcionado melhores condições de segurança ao trabalhador rural.

Criado em 2001, o inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) é tido como referência mundial, retirando 94,0% das embalagens vazias de defensivos agrícolas do meio ambiente, enquanto países como Alemanha e Estados Unidos retiram 76,0% e 30,0%, respectivamente.

Por outro lado, observamos a geração de 100 milhões de toneladas anuais de resíduos oriundos da construção civil, que não possuem uma destinação ecologicamente correta. Segundo a Embrapa Meio Ambiente de São Paulo, em pontos próximos às áreas urbanas, é possível observar níveis maiores de nitrogênio nos rios, o que impossibilita a vida animal aquática e a inviabiliza para o consumo. Em bacias hidrográficas, onde a influência maior é da área agrícola, os níveis de nitrogênio são baixos.

Somado a essa grande geração de resíduos, temos o mau planejamento das cidades, onde a construção de prédios é desenfreada; mais asfalto e menos árvores, gerando ilhas de calor que proporcionam uma péssima qualidade de vida à população. Esses fatos claramente demonstram o abismo que há entre a política sustentável agrícola e a urbana. A agrícola está fazendo a sua parte.

1 Presidente da Associação dos Profissionais de Pecuária Sustentável (APPS)
2 Engenheiro agrônomo e analista da Scot consultoria



Disseminação da Agricultura de Baixo Carbono (ABC)


DIVULGAÇÃO

Eduardo Delgado Assad*

Individualmente, a agropecuária é o setor que mais contribui para as emissões de gases-estufa do Brasil, que é responsável por 3% das emissões globais. Do total emitido por todos os setores da economia brasileira, a agropecuária representa 30%. O Plano ABC prevê a redução da emissão por meio da disseminação de seis tecnologias: recuperação de pastagens (a principal meta); integração lavoura-pecuária, integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais; fixação biológica de nitrogênio; sistema de plantio direto; tratamento de dejetos animais; e florestas plantadas.

A maioria delas já é adotada na agropecuária brasileira, mas de forma ainda muito incipiente, com baixa adesão nas regiões de fronteira agrícola do Centro-Oeste e no Norte-Nordeste. O desafio do novo governo é acelerar a disseminação e adoção dessas ações e tecnologias, de forma a alcançar escala que resulte nas reduções de emissões almejadas.

O documento foi elaborado pelo Observatório ABC, com apoio das seguintes instituições: Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Agroicone, Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Associação de Reflorestadores de Mato Grosso (AREFLORESTA), Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE-DF), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri-DF).

** Pesquisador da Embrapa e coordenador do estudo sobre estimativa de emissões na agropecuária para o Observatório*

O Observatório ABC

O Programa Nacional de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono foi implementado em março de 2010. A origem, já conhecida, foram os acordos feitos por ocasião da Conferência das Partes de Mudanças Climáticas (COP 15), em Copenhague, na Dinamarca, quando o Brasil assumiu ações voluntárias de redução de gases do efeito estufa (GEE).

Uma parcela destas ações é oriunda da agricultura, então considerada a grande vilã das emissões de gases do efeito estufa e que contribui, hoje, para a redução das emissões. Com aplicações financeiras da ordem de R$ 4,5 bilhões por ano, é necessário saber se os recursos estão sendo aplicados corretamente, orientados para as práticas preconizadas no Plano ABC – que dizem respeito principalmente à pecuária – e se estes mesmos recursos estão sendo utilizados eficientemente.

A Fundação Getulio Vargas, por meio do GV Agro, criou, então, o Observatório ABC. Mais do que um site, trata-se de um portal que busca periodicamente atualizar suas informações sobre o andamento do Programa ABC e suas aplicações. Para maior entendimento do funcionamento do programa, três trabalhos de caráter técnico-científico foram elaborados:

• Primeiro: aborda as questões de eficiência na redução das emissões pelas práticas de ABC e os seus principais entraves para disseminação das tecnologias;

• Segundo: discute a governança do Programa ABC e seus diversos problemas de execução;

• Terceiro: aborda o financiamento da transição entre o modelo da agropecuária atual até se atingir o modelo proposto pelas práticas de ABC.

O Observatório é um ponto de convergência de ideias que podem auxiliar no entendimento das práticas de ABC, passando pelas questões do CAR (Cadastro Ambiental Rural), apresentando opções para o futuro da agropecuária brasileira face ao aquecimento global, e abre posições importantes quanto à discussão sobre os pagamentos de serviços ambientais. Um projeto permanente de monitoramento das aplicações dos recursos do Programa ABC é feito para verificar a sua eficiência. Ainda é preciso avançar muito, porém essa visão externa ao Governo é importante para balizar o setor privado quanto às aplicações dos recursos e verificar se as tecnologias oferecidas são promissoras em termos de redução da emissão de gases do efeito estufa.

Atualmente, 75% dos financiamentos do Programa ABC estão sendo aplicados para recuperação de pastagens. O que o Observatório buscará entender, nas próximas etapas, é se as áreas de pastos degradados estão contempladas nestes 75% e qual é a taxa de conversão entre as emissões de GEE e a absorção nestas áreas. Estudos já mostram a eficiência da pecuária na redução de GEE. É preciso, então, monitorar, relatar e validar esta redução em escala nacional.



PD&I alavanca a pecuária sustentável



KADIJAH SULEIMAN

Cleber Oliveira Soares*

A pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (PD&I), associados à transferência de conhecimentos e tecnologias (TT), são os principais pilares para o desenvolvimento de um agronegócio realmente sustentável. Estes sustentáculos foram, são e serão a base para a produção de alimentos, fibras e energia renovável no mundo.

A FAO estima que, até 2050, será consumido o dobro de alimentos produzidos atualmente, sendo que o adicional de proteína animal poderá chegar a quase 100%. Isso representará um crescimento médio de 70% da produção de alimentos. Enquanto há países com consideráveis índices de consumo *per capita*, disponibilidade de carne ou renda que favorecem este consumo; ainda hoje, é necessário alimentar quase 1 bilhão de famintos.

A importância da cadeia produtiva da pecuária de corte está diretamente relacionada às tendências do mercado agroalimentar, em que a segurança dos alimentos, sua qualidade e o aumento da produtividade são os principais pilares. O Brasil é o maior exportador de carne bovina, com projeções e espaço comercial para aumentar a sua participação no mercado externo.

A pressão pela produção sustentável e otimizada de alimentos, associada aos padrões regulatórios dos países importadores, impõe o desafio da PD&I para a produção de carne. O Brasil e o mundo devem produzir alimentos, fibra e energia renovável de forma sustentável, sem impactar os biomas, primando pela conservação dos recursos naturais, sem esquecer a mitigação de gases do efeito estufa, a otimização do uso da terra e do lucro ao produtor rural.

Precisamos realizar PD&I e TT visando não só desenvolver e transferir soluções tecnológicas, mas, sobretudo, que sejam adotadas, causem impactos positivos e contribuam para superar os desafios globais para a produção de proteína animal.

As instituições de C&T (ciência e tecnologia) têm papel âncora para o avanço dessa cadeia produtiva. Para alcançar os patamares atuais de importância e impacto da produção de carne no Brasil e sua participação no mundo, a Embrapa contribuiu de forma decisiva, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimento e de tecnologias.

Hoje, as demandas são outras e maiores. É preciso contribuir para a evolução dos protocolos de qualidade, internalizar as tecnologias de produção integrada, desenvolver soluções portadoras de futuro, ofertar ferramental com as tecnologias de informação e comunicação, explorar a eficiência energética dos sistemas produtivos e desenvolver tecnologias agregadas em genética, nutrição, sanidade animal e gestão rural. É previsível que, com a adoção de tecnologias, seja possível saltar a produção de carne bovina dos atuais 9,5 milhões de toneladas para 24,2 milhões de toneladas sem aumentar em 1 hectare a área ocupada por pastagens.

O desafio para a pecuária sustentável vem sendo lançado, e cabe a nós superá-lo. Devemos realizar PD&I como alavanca da pecuária eficiente, em benefício da sociedade brasileira e de uma produção global cada vez mais sustentável.

** Chefe-geral da Embrapa Gado de Corte*

Documento com propostas para a agricultura de baixa emissão de carbono é entregue aos presidenciáveis

O monitoramento da emissão de gases-estufa é um dos pontos-chave para o sucesso do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) e deverá constar no programa de governo do próximo presidente. Essa é uma das conclusões do documento coordenado pelo Observatório ABC que foi entregue aos principais candidatos à Presidência da República, com propostas de aprimoramento ao Plano ABC.

O documento "O Brasil e uma agricultura de baixa emissão de carbono: agenda para os presidenciáveis" foi formulado por meio de consultas públicas, com diversa participação da sociedade e apoio final de treze instituições ligadas ao assunto, entre elas o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS).

As propostas surgiram a partir da análise dos resultados do Plano ABC, apresentados em estudos realizados pelo Observatório, e apontam a ausência de monitoramento e a falta de assistência técnica ao agricultor como as principais lacunas do Plano.

"Sem monitoramento, é impossível comprovar a redução das emissões de gases do efeito estufa e a eficácia das tecnologias financiadas pelo Programa", afirma Célio Porto, consultor do Observatório ABC. O documento sugere a criação de um programa de inteligência climática na agricultura, para indicar áreas prioritárias para a implementação das ações de governo a partir dos riscos das mudanças no clima, e, também, o desenvolvimento de pesquisas para aferir o impacto de cada subatividade financiada pelo Programa ABC, avaliar a relação custo-benefício de cada uma e eleger prioridades.

Outra questão importante é a inclusão de tecnologias mais adequadas ao bioma amazônico. "As tecnologias contempladas pelo Plano foram estabelecidas a partir do modelo produtivo das regiões Sul e Sudeste e não levam em consideração as particularidades de algumas regiões do País", esclarece Porto.

Para o Observatório, o caminho para a disseminação da agricultura de baixo carbono é investir em uma mudança de cultura no campo, por meio da capacitação de operadores de crédito, técnicos e extensionistas rurais. O Governo também deve assegurar juros atrativos em relação a outros programas de governo, desburocratizar o acesso aos recursos e incluir no Programa ABC a cobertura dos custos da assistência técnica.

O documento aponta, ainda, que é preciso melhorar a articulação entre os diversos órgãos federais, a coordenação do Plano ABC com outras políticas públicas e envolver o setor privado no fomento e na difusão do plano. Outra sugestão é que se crie algum tipo de benefício para os agricultores que adotarem as tecnologias independentemente de financiamentos do Programa ABC, como forma de reconhecer e estimular sua contribuição para a redução das emissões de carbono. A regulamentação do pagamento por serviços ambientais pode ser uma alternativa. ■

